

Bizâncio/Constantinopla e o Ocidente Comunhão e diferenciação

A ruptura entre a Igreja romana e a Igreja bizantina e o rótulo de “cismática” que foi pespegado desde então nesta última fazem pensar que, nesse caso, o papel de vilão foi desempenhado por um Oriente que teria se recusado a seguir o bom caminho traçado para os cristãos por Roma, mãe das Igrejas. Isso é ignorar que essas duas Igrejas têm, cada qual, a sua história: a Igreja de Roma afirmou progressivamente sua autoridade, enquanto a Igreja de Constantinopla se construiu num marco totalmente diferente. Em vez de falar de separação, é melhor frisar a comunhão entre essas duas Igrejas e as razões da diferenciação que se introduziu entre elas.

Na Idade Média, as duas Igrejas, que utilizavam a mesma Bíblia, em grego uma, em latim a outra, sempre acabaram se pondo de acordo em três domínios fundamentais. Em primeiro lugar, frisemos que seu Credo (expressão do conteúdo da fé) é o mesmo, o que foi definido pelos concílios ecumênicos entre os séculos IV e IX. Em segundo lugar, as duas Igrejas concordam em ver são Pedro como o “corifeu” (chefe do coro) dos apóstolos; do mesmo modo, a peregrinação a Roma, para ir venerar as relíquias de Pedro e Paulo, nunca deixou de ser uma prática oriental. Enfim, ambas as Igrejas têm as mesmas estruturas de direção (bispos agrupados em províncias metropolitanas). Podemos acrescentar que os concílios ecumênicos não se preocuparam apenas

com precisar o dogma, mas legislaram também em numerosos domínios (liturgia, organização do clero, vida moral, piedade, vida monástica...) para normalizar e harmonizar mediante regras comuns vários aspectos da vida dos cristãos e de seus pastores. Nunca se deve esquecer que, de fato, uma grande diversidade havia caracterizado em todos os domínios as Igrejas primitivas, que, a partir dos textos considerados como revelados, tinham se dotado pouco a pouco de formas de vida e de culto elaboradas em função de tradições locais e de problemas particulares, tendo como único recurso suas vizinhas mais próximas. A partir do primeiro concílio ecumênico (Niceia, 325), a diversidade inicial das Igrejas primitivas começou a se afunilar.

Ademais, é também no final do século IV que o Império Romano se dividiu num Império Romano do Oriente, centrado em Constantinopla/Bizâncio, e num Império Romano do Ocidente. O império bizantino ia existir, sem solução de continuidade, até 1453, considerando-se herdeiro de um Império Romano de vocação universalista. O Império do Ocidente, por sua vez, teve uma história mais atormentada, que se traduziu numa fragmentação política: teve um imperador, mas nem sempre; nunca se estendeu sobre todo o mundo cristão ocidental; seus fundamentos romanos se coloriam com outras heranças, notadamente a franca. Essa diferença política não é encontrada no plano eclesiástico: a Igreja cristã, oriunda dos concílios ecumênicos, comportava cinco instâncias supermetropolitanas, chamadas patriarcados. Na parte oriental do Império Romano, densamente povoada, onde os bispados eram numerosos, houve quatro: Constantinopla, Alexandria, Antioquia e Jerusalém. Na parte ocidental, houve apenas uma: Roma. Cada um dos patriarcas tinha autoridade em sua alçada, mas a concordância entre as cinco sés era garantia da retidão da fé, todos convindo que o patriarca de Roma tinha direito, nos patriarcados, a honras particulares. Convém acrescentar que, até o século VIII, a autoridade do imperador de Constantinopla se estendia a uma parte da Itália; por isso Roma, que dependia do Oriente no plano político, regia mesmo assim as Igrejas ocidentais.

Foi respeitando essa organização, a pentarquia (“cinco poderes”), a qual se conjuga com a ideia de que o corpo de bispos reunidos é o único sucessor verdadeiro do colégio de apóstolos, que se desenrolaram os concílios ecumênicos, todos eles convocados pelos imperadores, guardiães da ordem pública. No entanto, pela força das coisas, uma evolução não demorou a se produzir.

Primeiramente, no Oriente, a importância de Constantinopla cresceu consideravelmente na esteira da formação do Império árabe-muçulmano. Alexandria, Antioquia e Jerusalém continuaram a existir como patriarcados, mas em terra muçulmana e, ainda por cima, debilitadas pelo desenvolvimento de Igrejas heréticas rivais. Constantinopla foi o único patriarcado a permanecer em terra cristã; melhor ainda, sua alçada acabou quase coincidindo com o do Império bizantino, que dispôs, a partir do século VIII, de duas cabeças: o imperador e o patriarca, associados e solidários, a títulos diferentes, em sua responsabilidade para com os cristãos. A Igreja bizantina nunca se pensou fora da sua relação com o imperador (foi seu grande problema quando o Império desapareceu em 1453): era uma Igreja imperial e orgulhosa de sê-lo, “dando a César o que é de César”, e ainda mais disposta a fazê-lo por ser o imperador “coroador por Deus”, por sua capital ser posta sob a proteção particular da mãe de Deus e por seu império ter uma dimensão providencialista. Já desde o século V, o patriarca de Constantinopla se atribuía uma importância particular e o segundo lugar no seio do colégio dos patriarcas, pelo fato de ocupar a sé da capital do império que substituíra a Roma antiga.

A Igreja de Roma, por sua vez, havia evoluído em função de outras realidades. Seu chefe, chamado de papa com frequência cada vez maior, tinha a responsabilidade por todas as Igrejas ocidentais. Bem cedo, já no século V, surgiu a ideia de conceder uma primazia especial, dentre todos os bispos, ao bispo de Roma, como sucessor de São Pedro a quem Cristo tinha dado a missão de fundar sua Igreja, sem limitação geográfica, e cujas relíquias a cidade guardava. O bispo de Roma necessitou todavia de certo tempo para impor essa primazia às Igrejas do Ocidente e para

impor igualmente sua liberdade ante leigos, soberanos, reis ou imperadores, no âmbito da reforma gregoriana, iniciada no século XI. Nesse meio-tempo, o aprofundamento da herança de São Pedro havia levado o papa a se definir, não mais apenas como sucessor do chefe dos apóstolos, mas como vigário (“aquele que substitui”) de Cristo, o que o punha numa situação excepcional e única em todo o mundo cristão.

As vicissitudes da história haviam engendrado dois polos no mundo cristão, Roma e Constantinopla, cada um fundado em sua concepção própria da Igreja: ideologia petrinista, que levava a dar uma dimensão ao mesmo tempo universalista (é o sentido da palavra católico) e monárquica à Igreja de Roma; ideologia imperial providencialista, na qual a dimensão colegial e pentárquica da Igreja atuava a favor da sua capital, Constantinopla. Essa diferenciação se acentuou a partir do fim do século IX, depois nos séculos X e XI, período durante o qual não se considerou útil pedir aos imperadores que reunissem concílios ecumênicos, já que nenhuma heresia nova ameaçava a integridade da fé cristã. Houve durante esses séculos múltiplos contatos entre Roma e Constantinopla, o que se costuma facilmente esquecer, privilegiando os momentos de crise, como o que ocorreu quando do patriarcado de Fócio, na segunda metade do século IX. Mas o fato mais prenhe de consequências, a longo prazo, foi o fim dos concílios ecumênicos que haviam sido o âmbito de encontros e intercâmbios para elaborar as decisões comuns. À exuberância intelectual sucedeu o tempo da gestão; às tumultuosas e candentes questões teológicas, a paciente busca de soluções para as interrogações levantadas por sociedades em evolução; à definição da ortodoxia, agora comum, a busca de uma ortopraxia. A normalização e a uniformização romanas tiveram seus equivalentes no Império bizantino. Baseando-se em textos muitos dos quais eram comuns, com métodos e instituições diferentes (decretais*

* Coleções de epístolas de papas que, a partir do século XIII, fazem autoridade no *corpus* do direito canônico, ao mesmo título do *Decreto* de Graciano, composto em meados do século XII.

pontifícias e concílios de Latrão, em Roma; sínodo permanente e legislação sinódica, ratificada pelo imperador, em Constantinopla), a Igreja romana e a Igreja de Constantinopla alcançaram resultados práticos às vezes sensivelmente diferentes. São conhecidas as divergências mais marcantes: pão ázimo ou pão fermentado na eucaristia, celibato ou não dos padres, jejum ou não aos sábados...

Assim, sem minimizar a violência dos acontecimentos de 1054, cumpre apreciar a crise à luz dessa evolução que, ao longo de dois séculos, não havia provocado nenhum choque notável. Os problemas postos nessa ocasião eram reais e sérios, notadamente o da primazia que o papa estimava dever exercer sobre todas as Igrejas. As personalidades que se encarregaram deles eram pouco capazes de resolvê-los. Mas só houve excomunhão de pessoas, não das Igrejas; estas mantiveram no século e meio que se seguiu relações de tipo tradicional: Roma não estava, na época, nada persuadida de se haver com “cismáticos” e Constantinopla não repugnava de modo algum conversar com o sucessor de são Pedro, então completamente emancipado dos poderes temporais.

É certo, em compensação, que as cruzadas, singularmente a quarta, em 1204, interromperam esse movimento. Fazendo a conquista do Império bizantino, estabelecendo um imperador latino no trono de Constantinopla, instituindo um patriarca latino, espoliando a cidade, os cruzados fizeram mais do que consumir atos que batiam de frente com o orgulho político dos bizantinos: eles atacaram realidades sagradas para seus irmãos cristãos, eram sacrílegos. Roma não desautorizou o fato consumado. Pode-se compreender que muitos gregos tenham então considerado os latinos como mais perigosos do que os muçulmanos, principalmente quando evocavam a maneira pacífica pela qual Saladino tomou novamente posse de Jerusalém em 1187.